



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PRÓ – REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

GIZELI MARIA DE OLIVEIRA SANTOS

**Assessoria Técnica e Extensão Rural para Mulheres: uma política
pública necessária**

JUAZEIRO-BA

2020

GIZELI MARIA DE OLIVEIRA SANTOS

Assessoria Técnica e Extensão Rural para Mulheres: uma política pública necessária

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Extensão Rural, pela Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF.

Linha de Pesquisa: I - Identidade, Cultura e Processos Sociais

Orientador: Prof. João Alves do Nascimento Junior

Co-orientador: Prof. Vanderlei Souza Carvalho

**JUAZEIRO-BA
2020**

	Santos, Gizeli Maria de Oliveira.
S237a	Assessoria técnica e extensão rural para mulheres: uma política pública necessária, Juazeiro-BA / Gizeli Maria de Oliveira Santos. - - Juazeiro - BA, 2019.
	ix, 61 f. : 29 cm.
	Dissertação - (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Espaço Plural, Juazeiro - BA, 2019.
	Orientador: Prof. Dr. João Alves do Nascimento Junior.
	1. Trabalho rural - Mulheres. 2. Movimentos sociais. I. Título. II. Nascimento Junior, João Alves do. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.
	CDD 331.4

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL - PPGE_xR**

FOLHA DE APROVAÇÃO

GIZELI MARIA DE OLIVEIRA SANTOS

Assessoria Técnica e Extensão Rural para mulheres: uma política pública necessária

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, nível Mestrado Profissional, na Linha de Pesquisa: I – Identidade, Cultura e Processos Sociais, como requisito da obtenção do título de Mestre em Extensão Rural.

Aprovada em: 30 de Janeiro de 2020.

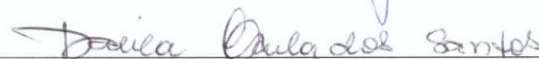
Banca Examinadora



Prof. Dr. João Alves do Nascimento Júnior – PPGE_xR/Univasf



Prof.^a Dr.^a Kedma de Magalhães Lima – PPGE_xR/Univasf



Prof.^a Dr.^a Dalila Carla dos Santos – UNEB

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiro a Deus, que com seu amor inigualável me capacitou para esta conquista, e a minha mãe que com sua presença espiritual me acalmou nos momentos angustiantes quando eu produzia este estudo. Gratidão é o que estou sentindo por esta oportunidade única que foi conquistada com militância política.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me impulsionou em cada momento. Acreditar que ele pode tudo me deu forças para seguir em frente, mesmo diante das dificuldades.

À minha família que não só nesse momento, mas em todos da minha vida sempre me apoiou e acreditou na minha capacidade, em especial a minhas irmãs Cristina, Regina, Aninha e a meu pai José sempre compreendendo as minhas ausências nos momentos em família. O meu companheiro Josemar por compreender e concordar em adiarmos alguns dos nossos planos para que eu pudesse cursar.

À Universidade Federal do Vale do São Francisco e ao Programa de Extensão Rural pela oportunidade e a concretização deste sonho, de realizar o mestrado.

Ao meu orientador Prof^o Dr^o João Alves do Nascimento Junior, pelo apoio e troca de experiências.

À turma R2 do mestrado, em especial aos amigos Adson, Júlio Cezar e Diego nossa amizade se estenderá para além da vida a companheira Sandri que me apoiou, incentivou me fez ser mais disciplinada e que hoje a tenho como irmã para todas as horas.

Ao Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA, aos saberes e Experiências ofertados a mim.

Com muita saudade e alegria agradeço imensamente à comunidade Melancia no município de Casa Nova onde encontrei uma segunda família me apoiaram desde o primeiro momento que cheguei em 2011, e mesmo me afastando para outras regiões, os reencontros são sempre com muito carinho. A Rede mulher, que me fez enxergar o mundo com outras lentes, lentes feministas com lutas diárias, dentro dessa Rede encontrei figuras especiais que sigo como exemplo para a vida companheiras Jaciara, Beth Siqueira, Beatriz, Camila, Socorro, Margarida, Eva mulheres fortes e guerreiras capazes de transformar o mundo.

Enfim, agradeço à todas as mulheres de luta e coragem que de alguma forma me inspiraram enquanto defendia o meu projeto, o exemplo de vida de vocês significou muito para mim!

Sem Medo de Ser Mulher

Autor: Zé Pinto

**Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer Participando sem medo de ser Mulher.
(bis)**

Por que a luta não é só dos companheiros
Participando sem medo de ser mulher
Pisando firme sem medir nenhum segredo
Participando sem medo de ser mulher.

Pois sem mulher a luta vai pela metade
Participando sem medo de ser mulher
Fortalecendo os movimentos populares
Participando sem medo de ser mulher.

Na aliança operária Camponesa
Participando sem medo de ser mulher
Pois a vitória vai ser nossa com certeza
Participando sem medo de ser mulher.

RESUMO

O presente projeto busca revisar os principais aspectos na trajetória da Assessoria Técnica e Extensão Rural no Brasil, que favoreceram ou limitaram o acesso das mulheres, até o momento recente, tendo como o foco principal as mudanças ocorridas desde o lançamento da Política Nacional de Ater (PNATER) em 2004, até a sua instituição pela Lei N° 12.188 de janeiro de 2010 e seus desdobramentos. A abordagem é direcionada às mulheres na trajetória das Políticas públicas. Este material é complementado por registros pessoais da autora, em observações realizadas entre 2011 a 2012 em atividades no projeto de Assessoria Técnica e Extensão Rural para mulheres executado pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA. Percebeu-se com as análises que historicamente a Ater no Brasil reforçou o papel das agricultoras no âmbito doméstico, invisibilizando o trabalho na produção e a sua contribuição econômica para a agricultura familiar. Entretanto, marcadamente a partir de 2003, a convergência das agendas políticas do movimento feminista e agroecológico, somado à criação de novas institucionalidades no MDA e, particularmente, o fortalecimento de um organismo de políticas para um público específico, estimulou que novas referências, voltadas à construção da autonomia pessoal, política e econômica das agricultoras rurais, tivessem visibilidade na Ater pública e fosse cada vez mais institucionalizadas no âmbito do Estado. As avaliações demonstram a importância e necessidade de uma ATER específica como estratégia de empoderamento feminino

Palavras-chave: Agricultoras, Gênero, Movimento social, Agroecologia.

ABSTRACT

The present project seeks to review the main aspects in the path of Technical Assistance and Rural Extension in Brazil, which have favored or limited women's access, until recent times, having as main focus the changes that have occurred since the launch of the National Ater Policy (PNATER) in 2004, until its establishment by Law No. 12.188 of January 2010 and its developments. The approach is directed to women in the path of public policy. This material is complemented by the author's personal records, in observations made from 2011 to 2012 in activities on the Technical Advice and Rural Extension for Women project carried out by the Regional Institute for Appropriate Small Farming - IRPAA. It was noticed with the analysis that historically Ater in Brazil reinforced the role of female farmers in the domestic sphere, making invisible the work in production and its economic contribution to family farming. However, markedly since 2003, the convergence of the feminist and agroecological movement's political agendas, coupled with the creation of new institutions in the MDA and, in particular, the strengthening of a policy body for a specific public, has stimulated new references to the building the personal, political and economic autonomy of rural women farmers, had visibility in the public domain and were increasingly institutionalized within the state. Assessments demonstrate the importance and need for a specific ATER as a female empowerment strategy.

Keywords: Farmers, Gender, Social Movement, Agroecology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Visita técnica a uma das casa de farinha da comunidade Melancia.....	60
Figura 2 - Reunião de planejamento das ações com as mulheres do projeto ATER para mulher no município de Casa Nova - BA.	61
Figura 3 - Formação sobre questão de gênero com as mulheres do projeto ATER para mulher no município de Casa Nova - BA.	61
Figura 4 - Visita ao quintal produtivo da beneficiaria do projeto ATER para mulher no município de Casa Nova - BA.	62
Figura 5 - Reunião com grupo focal para falar sobre a pesquisa, comunidade melancia, município de Casa Nova - BA.	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária das mulheres beneficiárias	39
Gráfico 2 – Cor das participantes	40
Gráfico 3 – Escolaridade	41
Gráfico 4 – Estado Civil	41
Gráfico 5 – Quantidade de Filhos.....	42
Gráfico 6 – Mulheres beneficiárias do PBF	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados básicos sobre os municípios de Casa Nova	30
---	----

LISTA DE SIGLAS

ASBRAER – Associação Brasileira das Empresas de Extensão Rural
ANATER – Agencia Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
MDA – Ministério Desenvolvimento Agrário –
SASOP – Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais
ONG – Organização Não Governamental
SAF – Sistema Agroflorestal
SAJUC – Serviço de Assistência Técnica no Campo e na Cidade

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1- Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil	18
1.1 Lei de assistência técnica e extensão rural: desafios e possibilidades	18
1.2 Em que consiste a lei geral de Ater e quais os benefícios para os agricultores familiares.....	20
1.3 Como funcionam as chamadas públicas e quem pode participar	21
1.4 Como fica a Ater a partir do início das atividades da Anater	22
CAPÍTULO 2- Políticas Públicas para mulheres no Brasil	23
2.1 Igualdade de gênero: Algumas reflexões	23
CAPÍTULO 3 - CAMINHOS PERCORRIDOS: PERCURSO E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....	27
3.1 Fundamentos no processo metodológico da pesquisa	27
3.2 Características do lócus da Pesquisa	28
3.3 As protagonistas da pesquisa	30
3.4 Período da coleta de dados.....	31
3.5 Instrumentos de coletas de dados.....	31
3.5.1 Observação participante.....	31
3.5.2 Análise Documental.....	32
3.5.3 Questionário fechado	32
3.5.4 Grupo Focal.....	33
3.6 Produto Final	35
CAPÍTULO 4 Políticas públicas específicas para mulheres: desafios e possibilidades	36
4.1 Um olhar crítico sobre a divisão sexual do trabalho na Comunidade de Melancia	36
4.2 Perfil das beneficiárias	39
4.3 A consolidação de Ater para mulheres como política pública permanente	43
4.3.1 IRPAA como entidade executora	43
4.3.2 Chamada pública de Ater para mulheres no Território Sertão do São Francisco	44
4.3.3 Assessoria técnica e extensão rural para mulheres como política permanente	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE	58

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho visa analisar os Projetos de ATER¹ que foram desenvolvidos na Comunidade de Melancia, localizada no município de Casa Nova – BA. Foram eles: o projeto ATER para mulheres, que teve como objetivo atender às produtoras familiares, e o Projeto ATER Mista que tem a concepção da família como unidade de atendimento.

Sendo assim, problematizaremos os desafios e as possibilidades de desenvolver políticas públicas que atendam às demandas das mulheres nas chamadas públicas de ATER, pois no geral tais projetos não enxergam as mulheres como produtoras agrícolas em suas unidades produtivas, mas como ajudantes de seus companheiros. Este trabalho se vinculou à linha de pesquisa I que fomenta Identidade, Cultura e Processos Sociais, do programa de Pós Graduação em Extensão Rural – Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF.

O desenvolvimento deste projeto se baseia principalmente na experiência da pesquisadora, enquanto extensionista em projetos de assessoria técnica acompanhando várias agricultoras familiares. As atividades de ATER, diante da conjuntura social vivenciadas pelas famílias rurais precisa ser muito mais do que uma simples orientação técnica no manejo da produção agrícola, intenciona ir ao encontro de vários estudos que afirmam a necessidade de políticas específicas para mulheres.

Portanto, a apresentação desta proposta não significa apenas a continuação do trabalho e militância da autora na luta pela superação da desigualdade de gênero, mas sim, no resultado da influência de todo um conjunto mais amplo de pesquisas, de diversos autores e com os mais variados recortes associados à questões de gênero realizadas nacionalmente. A escassez de registros escritos e publicados, com certeza nos deixará em débitos com várias ações já desenvolvidas em assessoria específica para mulheres agricultoras familiares.

Portanto, dialogaremos com este contexto nacional de estudos de gênero e as limitações dada as mulheres com a divisão sexual do trabalho, tendo em vista que no Nordeste, a mulher embora participe ativamente das atividades agrícolas familiares, é considerada como ajudante da família, trabalha de forma gratuita, sem

¹ ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural

ter o reconhecimento do seu trabalho pela família e por ela mesma, na maioria dos casos essa configuração se estende pela esfera pública e social. Tal comportamento resulta na sua marginalização ou exclusão não somente dos projetos de Assessoria Técnica e Extensão Rural, como nos demais Programas dirigidos à agricultura familiar.

Atualmente são poucos os territórios e entidades que executam uma assessoria técnica direcionada às mulheres rurais. No entanto, esta têm importante papel na agricultura familiar e camponesa, são responsáveis, em grande parte, pela produção destinada ao autoconsumo familiar e pelas práticas agroecológicas e de reprodução de sementes crioulas, garantindo qualidade de vida na família e na sociedade e manejo ambiental adequado às unidades de produção familiares.

A ideologia da centralidade do pai ou do homem como o dono do saber na agricultura familiar nega a existência de “famílias monoparentais femininas” nesse modo de produzir. Esses grupos, formados por mães e filhos, sob a chefia familiar da mulher, têm presença marcada nas áreas da região semiárida nordestina, em decorrência da migração masculina, principalmente em épocas das secas provocadas pelas irregularidades das chuvas.

Sendo assim, a presente pesquisa buscou a partir dos projetos de ATER desenvolvidos na Comunidade de Melancia, em Casa Nova, responder à seguinte questão: Qual a contribuição da ATER para mulheres beneficiárias da Comunidade de Melancia?

Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender as repercussões da assessoria técnica e extensão rural para mulheres no contexto da agricultura familiar, analisando os impactos de cada um desses programas sobre as agricultoras familiares, sua identidade e visibilidade.

Para isso, designamos os seguintes objetivos específicos:

- I. Identificar como as mulheres são percebidas e tratadas num Projeto de ATER Específica para Mulheres;
- II. Comparar as repercussões de cada uma das experiências, ou seja Ater Mista e ATER para mulheres, para o empoderamento e protagonismo feminino na agricultura familiar;
- III. Dar visibilidade à mulher agricultora familiar na sua unidade de produção para avançar nas conquistas sociais;

IV. Elaboração de um Ebook fomentando a importância da Ater para mulheres.

O caminho metodológico usado foi a abordagem qualitativa, onde buscou-se ter uma visão geral da realidade estudada, a partir da vivência junto à comunidade, e das informações colhidas com a aplicação de um questionário fechado, que foram aplicados em encontros de grupo focal com as beneficiárias do projeto. Também foi feita análise documental dos registros das experiências fornecidos pelas entidades executoras.

A escolha da temática em questão é resultante das linhas de pesquisa do mestrado em Extensão Rural, bem como da experiência da autora enquanto assessora técnica e militante que discute aspectos políticos, sociais e econômicos a partir da perspectiva de gênero. Este trabalho nos permitirá dialogar sobre a importância da participação das mulheres agricultoras no projeto de Ater, tendo em vista todas as implicações que serão citadas nos capítulos a seguir.

CAPÍTULO 1 ASSESSORIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

1.1 Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural: Desafios e possibilidades

A assistência técnica e a extensão rural – ATER, tem fundamental importância no processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e de conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades agropecuária, agroecológica, e na criação de pequenos animais. A extensão rural é um serviço estratégico na promoção da segurança alimentar e nutricional. Sendo assim, podemos afirmar que a agricultura familiar responde pela produção de cerca de 70% dos alimentos consumidos diariamente no Brasil.

A extensão Rural está como discussão permanente em diversos espaços como a academia e entre os formuladores de políticas públicas, bem como entre extensionistas. Peixoto (2008) salienta que:

Há diversos estudos, no Brasil e no exterior, enfocando aspectos históricos, modelos e sistemas, metodologia de ação, formas de organização e casos diversos. Entretanto, aparentemente há uma carência de estudos sobre a regulação desta atividade (p.06).

Diante disso, o que vem a ser extensão rural? Por que instituições públicas oferecem esse serviço aos agricultores? Qual a legislação brasileira que dispõe sobre esse tema? Este capítulo visa fazer uma breve discussão sobre a lei de assistência técnica e extensão rural (ATER) no Brasil.

A Ater, é uma política agrícola que busca atuar no cotidiano dos agricultores, seja construindo com ele soluções tecnológicas e organizativas de seu trabalho, seja também viabilizando e qualificando o acesso das políticas públicas. A Ater traz consigo, políticas como: o crédito rural Pronaf, o garantia-safra, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além das feiras livres, os programas de insumos e até mesmo as ações cooperativistas, entre outras. É o diálogo do conhecimento dos técnicos enquanto agentes públicos de desenvolvimento com as famílias rurais em torno de projetos de desenvolvimento. A produção de alimentos, especialmente os que compõem a cesta

alimentar do brasileiro, com qualidade e com preços justos, é um dos principais focos da Ater.

A Lei Geral de Ater está em vigor desde janeiro de 2010, é um marco de evolução na extensão rural pública no Brasil. Ela é um dos caminhos para que o Brasil alcance a universalização dos serviços da assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares. Somente em 2015, 334 mil agricultores e mais de 400 cooperativas de agricultores familiares foram atendidos em contratos de Ater.

Podemos afirmar que esses avanços da extensão rural trazem também soluções para os problemas das grandes cidades e não apenas na produção de alimentos saudáveis e a preços justos para o abastecimento das grandes cidades, mas a agricultura familiar e, em especial a Ater atuam também na promoção da sustentabilidade ambiental, na manutenção e recuperação dos solos e recursos hídricos, hoje cada vez com maior impacto nas áreas urbanas.

Foram criadas possibilidades com a assistência técnica extensão rural (ATER) que se tornou veículo condutor das outras políticas públicas do MDA para agricultura familiar. Exercendo um papel de destaque na construção e expansão de políticas públicas para a produção familiar brasileira, conversando com outros eixos estratégicos da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF-MDA), da qual está vinculada: gênero; crédito e fomento; sustentabilidade dos sistemas de produção; geração de renda; agregação de valor; combate pobreza rural; e segurança alimentar.

Apesar das muitas possibilidades criadas com a lei de ATER ainda existe muitas dificuldades na execução, uma dessas dificuldades são os investimentos por parte do governo que ainda é pouco, os valores atualmente direcionados a agricultura familiar não condiz com as necessidades existentes hoje, são poucas as entidades que acessam de forma correta as chamadas públicas, os recursos para contratação de profissionais para fazer a assessoria técnica nas unidades produtivas são poucos com relação a quantidade de agricultores, fazendo com que esses profissionais cheguem a acompanhar até 100 ou mais famílias, com isso as famílias acabam descobertas com relação as orientações técnicas necessárias para implementação da política.

1.2 Em que consiste a Lei Geral de Ater e quais os benefícios para os agricultores familiares

A Lei 12.188/2010 instituiu formalmente a Política Nacional de Ater que representa o reconhecimento formal e legal que os serviços de Ater são dedicados à agricultura familiar e trabalham com princípios e diretrizes voltados para o desenvolvimento sustentável, a participação social, a produção de base agroecológica e a qualificação das políticas públicas, entre outros.

Além disso, a Lei alterou a forma de atuação do Governo Federal na Ater, instituindo as chamadas públicas e os contratos de Ater como os instrumentos de oferta de serviços de Ater aos agricultores familiares. Com isso, o Governo Federal padronizou sua forma de atuação nesse segmento, instrumentalizou suas iniciativas e tornou a Ater mais efetiva junto aos agricultores.

É evidente que a implementação dessa legislação da Extensão Rural brasileira, trouxe transformações para o extensionismo, tendo como uma das principais plataformas fomentar o desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, o seu artigo 3º traz os princípios da política, que prevê a transição de base ecológica, a segurança alimentar, gratuidade e acessibilidade dos serviços de assistência técnica e extensão rural, o uso de metodologias participativas, equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia (BRASIL, 2010).

Diante disso, as instituições passaram a se reorientar institucionalmente, sentiu-se a necessidade de reformular seus objetivos, metas, missões organizacionais e requalificação do quadro profissional. Ressalva-se que, estas mudanças propostas pela Lei de ATER ainda ocasionam muitas dificuldades na sua operacionalização, uma vez que geram processos antagônicos e até mesmo controversos (DIAS, 2007; PAIVA, 2012).

No Brasil, a extensão rural desde a década de 1940 passou por distintas reformulações e concepções, que influenciaram seus objetivos institucionais,

metodologias de intervenção e público preferencial, conforme a conjuntura econômica, política e social de cada período (DIAS, 2008).

Nesta fase, a prática da extensão rural direcionava-se para temas como assistencialismo social, desenvolvimento de comunidades, economia doméstica, educação rural, urbanização e superação do "atraso" do rural. A principal orientação pedagógica era "Ensinar a fazer fazendo", em que o profissional extensionista tinha o papel de induzir mudanças de comportamento e mentalidade, além de supervisionar a aplicação do crédito concedido às famílias de pequenos agricultores. Continuando nossas discussões vamos dialogar um pouco como funcionam as chamadas públicas e o público alvo destas chamadas.

1.3 Como funcionam as chamadas públicas e quem pode participar

Somente organizações de Ater credenciadas no MDA podem participar das chamadas públicas. Para tanto, essas organizações têm que comprovar que atuam nesse segmento, que possuem capacidade e experiência técnica coerentes com a Política Nacional de Ater. O credenciamento é feito em cada Unidade da Federação e válido somente para aquele estado. As solicitações são analisadas e aprovadas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável daquela UF e validadas pelo MDA.

No caso da SAF, o DATER/SAF elabora as chamadas públicas que definem seu foco de atuação (o objeto), prazo de vigência, região de atuação, atividades, equipe técnica necessária, quantidade de agricultores a serem atendidos e valores dos serviços. Essas chamadas tem ligação direta com as políticas públicas ou diretrizes que o MDA busca alcançar e recebem parecer técnico e jurídico quanto a sua adequação. As chamadas são divididas em diferentes lotes de recorte regional ou territorial dentro de um mesmo estado.

As chamadas são então publicadas no site do MDA e ficam no mínimo 30 dias aptas para recebimento das propostas técnicas das organizações credenciadas. Essas propostas são enviadas por lote, sendo que a organização só pode concorrer para os lotes nas UFs em que for credenciada.

1.4 Como fica a Ater a partir do início das atividades da Anater

Com a chegada da proposta da criação da Anater em 2011 ao congresso nacional, a Ater conquistou espaço na pauta nacional. Em março de 2011, a Frente Parlamentar de Assistência Técnica e Extensão Rural e a subcomissão de Agricultura Familiar foram criadas, tornando importantes espaços para a condução de debates.

Em dezembro do mesmo ano, uma audiência pública com objetivo de debater a proposta de criação de uma entidade nacional para coordenar a Extensão Rural foi realizada, e após debates conduzidos, desde então, lideradas pela ASBRAER, MDA, com a participação de entidades como a Federação dos Trabalhadores Rurais, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG), organizações de agricultores familiares, acadêmicos e técnicos do setor rural, no entendimento alcançado pelas organizações e entidades engajadas nesse movimento, criou-se uma proposta com o objetivo de articular e organizar a execução desses serviços nos níveis estadual e municipal, identificar e qualificar a demanda dos agricultores familiares, organizar e fazer a gestão dos recursos públicos para o setor, formar extencionistas, monitorar e avaliar as ações, promover o controle social, estabelecer padrões de qualidade e racionalizar os investimentos, dando à Ater o caráter efetivo de sistema nacional.

A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, a Anater, vem fortalecer o Sistema Brasileiro de Ater visando dar mais celeridade nas ações administrativas de contratações dos serviços de Ater realizados pelo MDA e por outros ministérios. Com a Agência, o DATER passar a dedicar mais tempo na construção da política nacional de Ater, definindo orientações e diretrizes.

CAPÍTULO 2 – POLITICAS PUBLICAS PARA MULHERES NO BRASIL

2.1 Igualdade de Gênero: Algumas reflexões

Algumas vezes o termo gênero é colocado de forma bastante restrita, utilizado em referência ao sexo biológico. Por isso, é importante enfatizar que o gênero diz respeito aos aspectos sociais atribuídos ao sexo. Ou seja, gênero está vinculado a construções sociais, não a características naturais. O gênero, portanto, se refere a tudo aquilo que foi definido historicamente e que foi estabelecido na nossa sociedade como o papel, função ou comportamento esperado de alguém com base em seu sexo biológico.

Sendo assim, podemos afirmar que a construção do gênero e da sexualidade acontece ao longo de toda a vida, de forma inacabada. Durante muito tempo, percebemos orientações e ensinamentos que nos pareciam absolutos e soberanos. Algumas instâncias e espaços sociais por um determinado tempo ditaram normas e comportamentos que deveríamos seguir, denominando o que deveria ser comportamento de homem e de mulher. Louro (2008) salienta que:

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo (p.18).

O século XIX foi marcado por um intenso debate sobre a entrada da mulher no mundo público com um trabalho assalariado, mas mesmo assim elas ainda eram excluídas e estigmatizadas.

O fortalecimento do movimento feminista ocorreu no Brasil a partir dos anos 1970. Menos de uma década depois, se consolidou no Brasil um forte movimento feminista e também na área acadêmica, cujos reflexos, de imediato, se fizeram presentes na tentativa de incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas e programas governamentais, com o intuito de estabelecer pautas políticas específicas e/ou direcionadas às mulheres (Farah, 2004; Bandeira, 2010, Soares, 2003; Godinho, 2007). Sem dúvida, foram e são ainda muitos os desafios para

alcançá-las. Vale lembrar que o conceito de gênero estrutura-se a partir da ênfase nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, etc. entre os sexos, uma vez que sinaliza as condições de desigualdades presentes entre homens e mulheres, sobretudo, relações hierárquicas e de poder (Scott, 1995).

Evidente que há outras desigualdades associadas, além de raça/etnia, classe, geração etc., tais como de acesso a outras dimensões da esfera pública, a saber, à justiça, à tecnologia, à saúde, ao sistema bancário/financeiro, entre outros. Assim, ao propor políticas públicas “de gênero” é necessário que se estabeleça o sentido das mudanças que se pretende, sobretudo, com vistas a contemplar a condição emancipatória e a dimensão de autonomia das mulheres.

Para que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sócio-históricas e culturais herdadas, pressupõe-se que o Estado evidencie a disposição e a capacidade para redistribuir riqueza, assim como poder entre mulheres e homens, entre as regiões, classes, raças, etnias e gerações. Para tanto, é necessário compreender que as políticas públicas com recorte de gênero são as que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas dirigidas às mulheres (Farah, 2004; Silveira, 2003).

No âmbito do executivo federal, são efetivadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres. Resultam do processo de mobilização das próprias mulheres, através de suas organizações, cujos resultados são as conferências em suas diversas instâncias municipais, estaduais e nacional. Além disso, é importante distinguir entre o que são políticas que têm a perspectiva da igualdade de gênero e aquelas que têm por alvo preferencial as mulheres; essa ‘divisão’ não significa que não estejam relacionadas.

Em outras palavras, não é o fato de as mulheres serem centrais em determinadas políticas ou programas para que sua centralidade esteja assentada em uma perspectiva ou enfoque de gênero, ou seja, na construção da igualdade e no combate às discriminações. Por exemplo, políticas que reforçam o papel tradicional das mulheres como mães e cuidadoras dos filhos e das pessoas idosas, sem dar alternativas e/ou suporte para estas funções, não são políticas que buscam

transformar o papel tradicional das mulheres – ou seja, não contribuem para transformar as relações de gênero. Como ressalta Lisboa e Manfrini (2005):

A incorporação da dimensão de gênero nas políticas públicas aconselha a implementação de projetos específicos voltados às mulheres que respondam à singularidade da situação das mulheres e à necessidade de implementar medidas de discriminação positiva para neutralizar as desvantagens iniciais que alguns grupos de mulheres compartilham. Os projetos orientados para enfraquecer a prática de violência contra a mulher, dar apoio às mulheres vítimas de violência, dar atenção às adolescentes grávidas, amenizar a desinformação das mulheres sobre seus direitos, favorecer o ingresso das chefes de família pobres no mercado de trabalho são exemplos de projetos específicos (p.71)

É indiscutível que o conceito de gênero tem ganhado força e destaque enquanto instrumento de fomento e de análise das condições das mulheres. Porém, não deve ser utilizado apenas como sinônimo de “mulher”.

O conceito é usado tanto para distinguir e descrever as categorias relacionais de mulher feminino e de homem masculino, ao mesmo tempo para examinar as relações de desigualdades e de poder estabelecidas entre ambos, assim como para identificar as relações desiguais intragênero presentes, sobretudo, entre as mulheres, seja de condição socioeconômica, racial, geracional, étnica, religiosa, regional entre outras.

Pensar em política de “gênero” é legítimo, para atuar na lógica de políticas públicas considerando o peso do impacto diferenciado para homens e mulheres; tal lógica não se contrapõe ao reconhecimento, legitimidade e a importância nas/das ações voltadas para ao fortalecimento das mulheres que, enquanto um coletivo social, está ainda em condições de desigualdade e de subordinação em nossa sociedade.

O processo de implementação de políticas públicas com uma perspectiva de gênero é sempre marcada por tensões, considerando que os padrões da cultura patriarcal que limitou a participação feminina e que ainda hoje elabora políticas sem considerar as desigualdades existentes com relação as desigualdade de gênero. Segundo Oliveira (2017, p. 44), “a perspectiva de gênero nas políticas públicas é muito recente, sobretudo no que se refere à presença feminina na política ou na tomada de decisões que diga respeito em cada uma das etapas do ciclo das políticas públicas”.

Mesmo sendo os governos responsáveis pela formulação de políticas públicas pode-se observar que a sociedade civil e os movimentos sociais também têm influenciados no processo de concertação de política. Destaca-se nesse processo a ação do movimento feminista que conseguiu algumas conquistas ao longo do segundo milênio. Prá e Schindler (2013, p.13) destaca que foi possível “tornar pública a discriminação da mulher, obter o reconhecimento de suas demandas e evidenciar a urgência de criar e manter uma institucionalidade estatal capaz e promover a cidadania feminina e a equidade de gênero”.

CAPÍTULO 3 CAMINHOS PERCORRIDOS: PERCURSO E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A metodologia é um caminho possível que possibilita chegar a um determinado horizonte. Todo caminho tem um ponto de partida, uma motivação. Essa pesquisa nos levou por vários caminhos, os sujeitos aqui pesquisados contribuíram para uma análise e interpretação de dados envolvida em discussões teóricas e empíricas.

3.1 Fundamentos do processo metodológico da pesquisa

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, traçamos uma convivência com os sujeitos pesquisados, neste caso agricultoras familiares beneficiárias de projetos de Assessoria Técnica e Extensão Rural que estão inseridas na comunidade de Melancia no município de Casa Nova do Território Sertão do São Francisco. Para isso, a pesquisadora participou de atividades que foram desenvolvidas pela entidade executora do projeto de ATER, com o objetivo de alargar as discussões, promover o debater e fomentar ações que favoreçam o coletivo como um todo. Como argumenta Garcia (2003):

A metodologia de pesquisa é completamente interessada nos processos que buscam, simplesmente, mudar o mundo. Indagando os processos permanentes produzidos nas relações sociais para ofuscar e ocultar as múltiplas dimensões da realidade e do ser humano, a pesquisa amplifica as possibilidades de interpretação e compreensão do cotidiano e vai encontrando meios para melhor compreender a complexidade humana (p.128).

Este trabalho é dentro de uma abordagem qualitativa em virtude do objeto envolver a subjetividade das mulheres (sentimentos, percepções, vivências, etc.) e por interpretar informações traçando o perfil das participantes e opiniões sobre a execução dos projetos de ATER em sua comunidade.

Diante disso, percebemos como a pesquisa qualitativa está relacionada com os sujeitos, obtendo dados descritivos, resultado de contato direto da pesquisadora com os sujeitos. Sobre isso Minayo (1994) vem nos dizer:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, motivos,

aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis(p.22).

Culminando a isso, se faz necessário anunciar a natureza da pesquisa, que se enquadra como aplicada. Diante disso, Gerhardt e Silveira (2009) salientam que sua estrutura objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Com isso, ela envolve visões e interesses locais, como pretendíamos com essa pesquisa.

3.2 Características do lócus da pesquisa

O lócus escolhido para esta pesquisa, foi a Comunidade de Melancia, localizada no município de Casa Nova/BA. Para refletir sobre a organização social da comunidade Melancia foi preciso primeiramente refletir sobre o contexto da localidade em que as mulheres que são beneficiárias estão inseridas, envolvidas em um conjunto de elementos que as tornam peculiares. Podemos começar pela região geográfica que essas mulheres estão inseridas, o Semiárido.

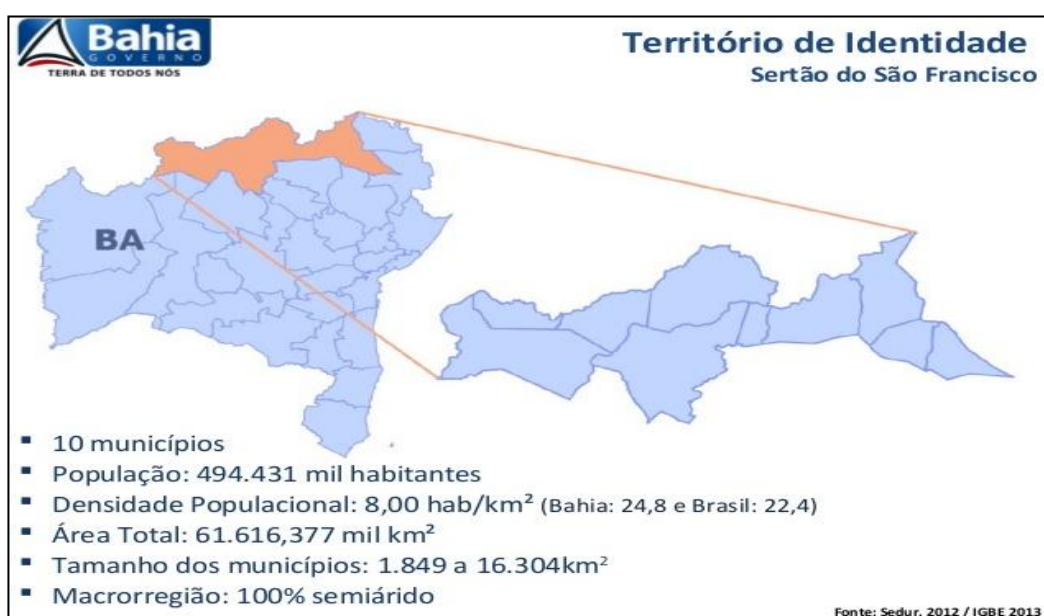
Considerada uma região seca, o Semiárido, ao qual nos referimos é uma região que ocupa cerca 12% do território nacional (1,03 milhão de km²) e abrange 1.262 municípios brasileiros, considerando a delimitação atual divulgada em 2017 (Resolução 115, de 23 de novembro de 2017, da Sudene). Em média 27 milhões de brasileiros/as (12% da população brasileira) vivem no semiárido, segundo informação divulgada pelo Ministério da Integração Nacional. Um dado importante sobre a população dessa região é que cerca de 81% das comunidades quilombolas de todo o Brasil estão no Semiárido ([HTTP://WWW.ASABRASIL.ORG.BR/SEMIARIDO](http://www.asabrasil.org.br/semiarido)).

Outra característica da comunidade Melancia é ser uma comunidade tradicional de fundo de pasto, ou seja uma comunidade tradicional que traz com ela um jeito próprio de viver, como traz Santos e Germani (2005)

O Fundo e Fecho de Pasto constituem-se enquanto sistema produtivo que utiliza a prática do pastoreio extensivo compartilhando comunitariamente grandes glebas de terra, por um grupo social ligado por laços consanguíneos e de compadrio. Nele não existe hierarquia, sendo o fator étario fundamental na organização social dessas comunidades, cujos valores estão pautados na palavra, nos costumes, ou seja, no direito consuetudinário.

A comunidade Melancia ao longo dos anos de organização social recebeu muitas intervenções de ONG's como IRPAA, SASOP além de ações do governo do Estado através de convênios executados via associação. Comunidade organizada, com associação atuante. A área de fundo de pasto foi doada pela associação. As principais atividades produtivas são a apicultura, plantio de mandioca e a criação de caprinos. Existem algumas cisternas de produção na comunidade e as agricultoras aproveitam e plantam hortaliças. Também existem unidade de beneficiamento de frutas e um entreposto do mel.

Figura 2: Mapa do Território Sertão do São Francisco



Apesar do projeto ATER para mulheres ter sido executado em cinco municípios do território Sertão do São Francisco, foi escolhido apenas um grupo específico para a pesquisa que foi a comunidade Melancia que está localizada no município de Casa Nova no Território Sertão do São Francisco, na Bahia. Buscando conhecer melhor a área pesquisada, traçaremos algumas informações demográficas, descrita nas tabelas abaixo:

Tabela 01: Dados Básicos sobre os municípios de Casa Nova/BA, 2019.²

Município de Casa Nova/BA					
População estimada (2018)	Trabalho e Renda	Educação	Economia	Saúde	Território e Ambiente
71.366 pessoas	1,6 salários mínimos (Salário mensal dos trabalhadores formais, 2017)	95,5% (Taxa de escolarização de 06 a 14 anos de idade, 2010)	R\$ 8.027,25 (PIB per capita, 2016)	19,32 óbitos por mil nascidos vivos (Mortalidade infantil, 2017)	9.647,072 km ² (Área da unidade territorial, 2018)

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística | 2017 v4.3.28

A escolha do município pesquisado se deu por causa das peculiaridades encontradas na comunidade Melancia onde foi feita as entrevistas com o grupo de agricultoras beneficiárias do projeto Ater para mulher e Ater mista, bem como as trajetórias de vidas dessas mulheres, pois muitas encontraram nas ações dos projetos oportunidades para ocupar espaços que até então era ocupado apenas por homens como a diretoria executiva da associação, conforme veremos a seguir.

3.3 As protagonistas da pesquisa

Os sujeitos desta pesquisa foram agricultoras beneficiárias de projetos de Ater da comunidade Melancia que está localizada no município de Casa Nova Território Sertão do São Francisco. A análise foi feita com mulheres que buscaram nos projetos de Ater romper com a lógica da sociedade machista, participando como forma de repensar o social, político e econômico, a partir das atividades desenvolvidas durante a execução do projeto.

A escolha de tais sujeitos se deu por causa das trajetórias de vidas das mesmas se assemelharem com a autora deste projeto que também milita com objetivo de ocupar espaços na sociedade afim de garantir seus direitos como ser humano.

² Tabela organizada por Lopes (2019) no trabalho intitulado: A organização política da rede mulher no território Sertão do São Francisco: uma reflexão dos grupos de beneficiamento de Casa Nova e Sento Sé.

3.4 Período de Coleta de Dados

A coleta de dados dessa pesquisa ocorreu entre os meses de novembro e dezembro de 2019. Vale ressaltar que a referida coleta só aconteceu após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Vale do São Francisco, ocorrido em fevereiro de 2018.

3.5 Instrumentos de coletas de dados

Como instrumentos de investigação foram utilizados:

- Observação participante, que impulsiona a participação direta entre a pesquisadora e os sujeitos de pesquisa;
- O questionário fechado, com a finalidade de traçar o perfil das beneficiárias do projeto,
- E por fim, constituição de um grupo focal para salientar as experiências vividas com o projeto, a partir dessa pesquisa esperamos que se reconheça a necessidade de uma política específica para as mulheres do campo.

3.5.1 Observação participante

Dentro dessa abordagem qualitativa, fizemos a observação participante, buscando maior aproximação entre o pesquisador e os sujeitos, sem interferência de terceiros.

Com essa metodologia, o observador coloca-se na posição dos observados, devendo inserir-se no grupo a ser estudado como se fosse um deles, pois assim tem mais condições de compreender os hábitos, ações e características e funcionamento daquele grupo (BARDIN, 1997).

Diante disso, afirmamos a relevância dessa metodologia, tendo em vista a integração que a mesma proporciona entre o pesquisador e os sujeitos envolvidos na pesquisa em questão. Nesta pesquisa a observação participante se deu nos encontros que a pesquisadora participou, colaborando como mediadora nas atividades de formação.

3.5.2 Análise documental

Um dos instrumentos dessa pesquisa é a análise documental, na qual a pesquisadora teve acesso aos documentos, como Projeto da Chamada Pública de Ater, Diagnósticos da Unidade Familiar e Lista de frequências das atividades de Ater.

Os documentos registros escritos que mostram a informação em sua total complexidade, possibilitando entender melhor os fatos, as relações, o período histórico das ações, dessa forma é possível reconstruir a história de determinado grupo (OLIVEIRA, 2007).

Com a análise documental foi possível comparar as ações e metodologias desenvolvidas nos projetos de Ater para mulheres e Ater mista. A vantagem de utilizar esse instrumento na coleta de dados é o baixo custo que ele fornece para a pesquisa, bem como o fato da informação técnica onde não se altera o ambiente e os sujeitos.

Neste trabalho a pesquisadora solicitou o acesso dos documentos citados as entidades executoras dos projetos de Ater, como Irpaa e Sajuc, onde foi concedido pela coordenação das entidades o acesso e a permissão para que a pesquisadora pudesse analisar os documentos.

3.5.3 Questionário fechado

Outro recurso utilizado para a coleta de dados, foi o questionário fechado. Esse instrumento nos permite obter respostas rápidas e precisas, seu objetivo nessa pesquisa foi traçar o perfil das beneficiárias do projeto.

O questionário foi aplicado em um encontro de formação do projeto de Ater mista que está sendo executado pelo Sajuc, onde contamos com a colaboração de 20 mulheres beneficiárias do projeto.

3.5.4 Grupo Focal

Nessa pesquisa se optou por trabalhar com a técnica de Grupo Focal, como uma das estratégias metodológicas que mais se adequa para o levantamento das informações que são objeto dessa pesquisa. Como destaca Neto (2002:3), sua organização e sistematização adotam uma diretriz didático-pedagógico que envolve a apresentação por tópicos dos temas discutidos. O Autor afirma que Grupo Focal é:

“uma técnica de Pesquisa na qual o Pesquisador reúne, num mesmo local e durante certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico”. (...) a principal característica da técnica de Grupos Focais reside no fato de ela trabalhar com a reflexão expressa através da “fala” dos participantes, permitindo que eles apresentem, simultaneamente, seus conceitos, impressões e concepções sobre determinado tema. Em decorrência, as informações produzidas ou aprofundadas são de cunho essencialmente qualitativo. (NETO, 2002, p. 5).

Na realização das atividades de campo da pesquisa foram realizados 03 (três) encontros com Grupo Focal tratando de diferentes temáticas. A composição dos participantes dos encontros com o Grupo Focal foi definida a partir de um critério de representatividade na comunidade que foi executado o projeto ATER para mulher. Em diálogo com a entidade que está executando o ATER mista atualmente na comunidade.

Assim, durante o percurso metodológico dos encontros com o Grupo Focal e devolução das informações teve o seguinte propósito e estratégia metodológica:

- **I ENCONTRO GRUPO FOCAL:** Este encontro reuniu 10 mulheres da comunidade Melancia que foram beneficiárias do projeto Ater para Mulher e que atualmente estão sendo beneficiadas por um projeto de ATER mista. No primeiro momento com o grupo focal a pesquisadora apresentou a pesquisa, seus objetivos, a metodologia e os seus passos. Esse momento foi importante visando afirmar as informações necessárias para que possam expressar seu

interesse em participar da atividade. Esse encontro foi realizado com a finalidade de fazer a caracterização das participantes, procurando conhecer os espaços de participação das mulheres (social, política e produtiva).

- **II ENCONTRO GRUPO FOCAL:** No segundo encontro reuniu 15 mulheres, foi realizado com o objetivo de mapear os programas e as políticas públicas que vem sendo acessados pelas mulheres, buscando entender se essas políticas contribuem no processo de emancipação das mulheres, e quais os desafios que as mesmas encontram para acessar essas políticas. Além disso, buscou identificar os espaços de incidência política que as mulheres participam, debatendo em que medida as políticas públicas tem contribuindo para fortalecer as experiências de Convivência com o Semiárido.

- **III ENCONTRO GRUPO FOCAL:** Esse encontro foi realizado com a participação de 18 agricultoras, esse momento foi voltados para exibir as informações levantadas e sistematizadas nos encontros anteriores. Na medida em que a devolução avançava as participantes tiveram a chance de fazer alterações e até mesmo complementar as informações anteriormente levantadas.

3.6 Produto Final

Ao finalizar esta pesquisa, foi elaborado um produto (E-book) sobre a Assessoria Técnica e Extensão Rural para Mulheres. Este material vem discutir a importância das políticas públicas específicas para as mulheres do campo. O objetivo é apresentar este material para as entidades executoras de Ater, assim como para os órgãos que lançam as chamadas públicas, para que os mesmos reflitam sobre a necessidade de se ter uma Ater específica para as mulheres agricultoras. Pretendemos também apresentar para as agricultoras para que as mesmas fortaleçam o discurso na defesa de seus direitos.

CAPÍTULO 4 POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS PARA MULHERES: desafios e possibilidades

4.1 Um olhar crítico sobre a divisão sexual do trabalho doméstico na Comunidade Melancia

Ao iniciarmos nossas discussões precisamos primeiro entender o que chamamos de divisão sexual do trabalho. A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social existente nas relações sociais de sexo; essa forma é adaptada a cada modelo de sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.).

Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher). Eles são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço, o que permite, segundo alguns (Héritier-Augé, 1984), mas não segundo outros (Peyre e Wiels, 1997), afirmar que existem dessa forma desde o início da humanidade. Esses princípios podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação — a ideologia naturalista –, que relega o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie. No sentido oposto, a teorização em termos de divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuadas são construções sociais, elas mesmas resultam de relações sociais.

O trabalho doméstico, que havia sido objeto de numerosos estudos, era muito raramente analisado; mais precisamente, em vez de se utilizar esse conceito para reinterrogar a sociedade salarial (Fougeyrollas- -Schwebel, 1998), fala-se em termos de “dupla jornada”, de “acumulação” ou de “conciliação de tarefas”, como se fosse somente um apêndice do trabalho assalariado. Daí um movimento de deslocamento e focalização sobre esse último (as desigualdades no trabalho, no salário, trabalho em tempo parcial etc.) e sobre o acesso à política (cidadania, reivindicação de paridade etc.). Por sua vez, o debate em termos de relações sociais (de sexo) é

bastante negligenciado.

Nas discussões nos Grupos focais, ficou bem evidenciado ainda o quanto as mulheres são as únicas responsáveis pelas atividades domésticas principalmente no meio rural, apesar de muitas delas desenvolverem outras atividade fora da unidade de produção familiar, a maioria tem que dividir o dia em três turnos, o primeiro são os cuidados com o arredor de casa onde elas alimentam os animais, molham as plantas que geralmente é uma horta, fruteiras ou plantas medicinais. Em seguida vão executar alguma atividade fora de casa, como uma diária da propriedade vizinha ou dar aula na escola da comunidade entre outras atividade de geração de renda. E a noite ou no final da tarde quando retornam realizam os afazeres domésticos, onde tem que abastecer a casa com água (quando não tem cisterna de captação da água da chuva ainda fica mais difícil), lavar, passar, cozinhar, ver o dever escolar dos filhos, deixar a casa em ordem para começar tudo novamente no dia seguinte.

A sobrecarga do trabalho doméstico é um dos maiores motivos pelo qual as mulheres não saem de casa, inclusive para participar de atividades dos projetos de ATER, geralmente as atividades acontecem ou pela manhã ou fora da comunidade.

“Quando vamos para as reuniões ou outras atividades que temos que passar o dia fora de casa, temos que fazer as coisas em casa caladas sozinhas sem reclamar se não os maridos ficam questionando por que fomos, se era obrigado e que isso é por que queremos estar em todo lugar.” Explica Jandira

É necessário considerar a persistência dos papéis tradicionais da mulher, dentro do espaço doméstico, que estruturam a divisão sexual do trabalho, centrados no desempenho de esposas, mães, na área da reprodução social e dos cuidados. Isto é, a mulher fica voltada à esfera doméstica, que pouco contribui para a conquista da sua autonomia. Devem ser criadas novas estratégias e formas de articulação entre a vida familiar e a vida pública, visando romper com a tradicional divisão sexual do trabalho; uma vez que as mulheres, especificamente as negras e pobres das cidades e da zona rural, são os segmentos mais vulneráveis e excluídos da população, justificando a promoção de políticas ‘focalizadas’. A rígida divisão de papéis femininos e masculinos ainda vigente e que é deslocada para o espaço público opondo a esfera produtiva à esfera reprodutiva coloca-se no senso comum

como modelo de família “normal e heteronormativa”: os homens são vistos como provedores e as mulheres, como responsáveis pela esfera doméstica.

Vale dizer que as ações políticas com o objetivo da igualdade devem vincular-se e relacionar-se com as demais áreas das ações governamentais e questionando a ideia de que existem áreas, nas políticas públicas, as quais estariam desvinculadas ou se consideram neutras em relação à condição de gênero. Assim, cada ação política contemplaria tal perspectiva, uma vez que a pergunta chave implícita estaria sempre posta: em que medida se modificam as condições de vida das mulheres e incide na sua autonomia? Ou seja, o que se propõe é uma transformação nas relações de gênero que eliminam as visões/representações segregadas e discriminadoras associadas ao masculino/masculinidade e do feminino/feminilidade. É preciso observar que a finalidade é eliminar as desigualdades, sem, contudo, deixar de valorizar as diferenças.

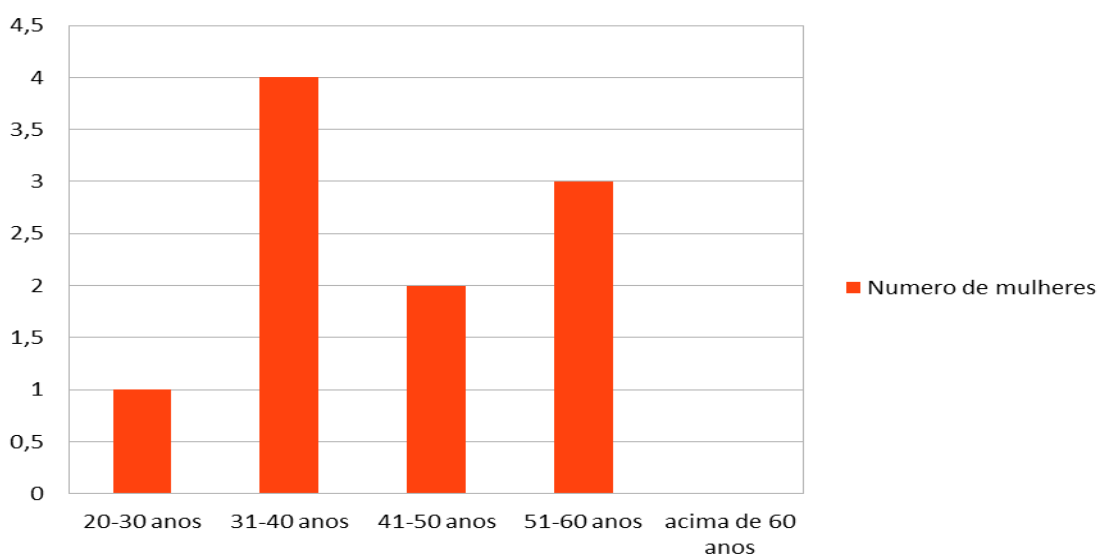
Os Planos de Políticas para as Mulheres dos estados e dos municípios devem articular-se com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres na referência dos princípios feministas como parâmetro para a formulação de políticas de igualdade de gênero. Assim, devem articular e implementar propostas que reatualizem os princípios da igualdade, prioritariamente centrados em alguns pontos: - na elaboração de ações que possibilitem ampliar as condições de autonomia das mulheres, de forma a favorecer a ruptura com as condições de co-dependência, desigualdade e de subordinação; - na mudança sobre a divisão sexual do trabalho, não apenas do ponto de vista de padrões e valores, mas, sobretudo, na ampliação dos equipamentos sociais, em particular aqueles que interferem no trabalho doméstico, como aqueles relacionados à educação das crianças; - na redução das desigualdades na participação política local e regional; - na redução da desigualdade através da ampliação do acesso aos serviços de todas as ordens (jurídicos, de saúde, educação, etc); - no fortalecimento das condições para o exercício dos direitos reprodutivos e sexuais, possibilitando autonomia e bem estar também nesse domínio; - na possibilidade de controle pelas mulheres de seu próprio corpo, possibilitando a elas a liberdade de exercerem a sua sexualidade, serem respeitados os seus direitos à integridade corporal e ao bem-estar, aspectos que remetem às concepções sobre os direitos sexuais e reprodutivos; - na tarefa de elaborar políticas

de prevenção e atendimento às diversas formas de violência praticada contra as mulheres, marcadamente a doméstica e sexual, e é preciso, ao mesmo tempo, responder às demandas que pressionam o cotidiano das mulheres inseridas num contexto de dominação, em particular, frente à violência doméstica e sexual.

4.2 Perfil das beneficiárias

Com a aplicação do questionário traçamos o perfil das beneficiárias, obtivemos informações como faixa etária, cor, religião, estado civil, situação profissional, grau de escolaridade, dentre outras. Essa aplicação foi feita em um dos grupos focais feito pela pesquisadora.

Gráfico 01: Faixa etária das mulheres entrevistadas. Comunidade Melancia



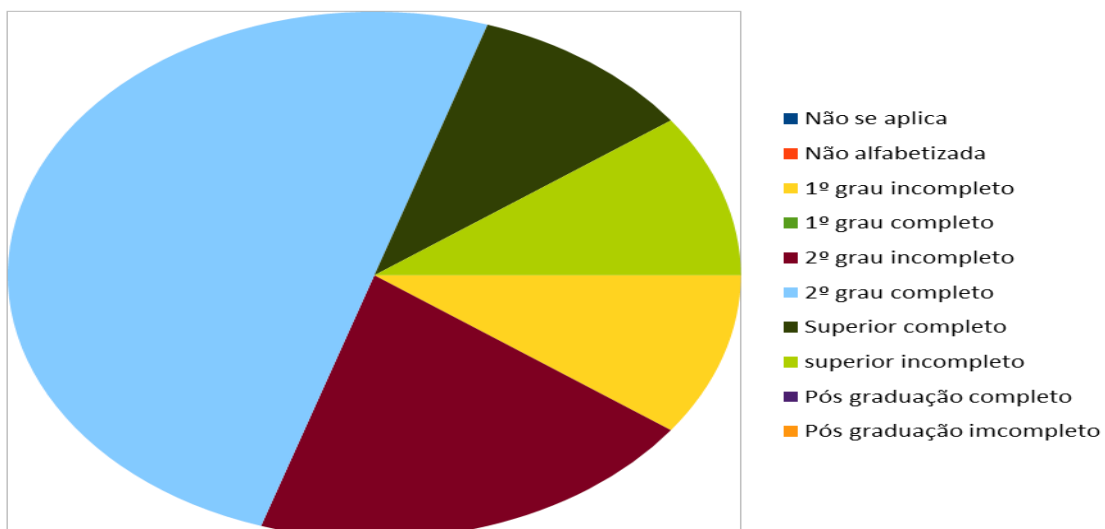
A faixa etária das mulheres da comunidade Melancia está distribuída de maneira bastante uniforme, com mulheres jovens e de meia-idade, em média de 31 a 40 anos de idade.

Gráfico 02: Classificação das agricultoras da comunidade de Melancia em Casa Nova de acordo com a cor.



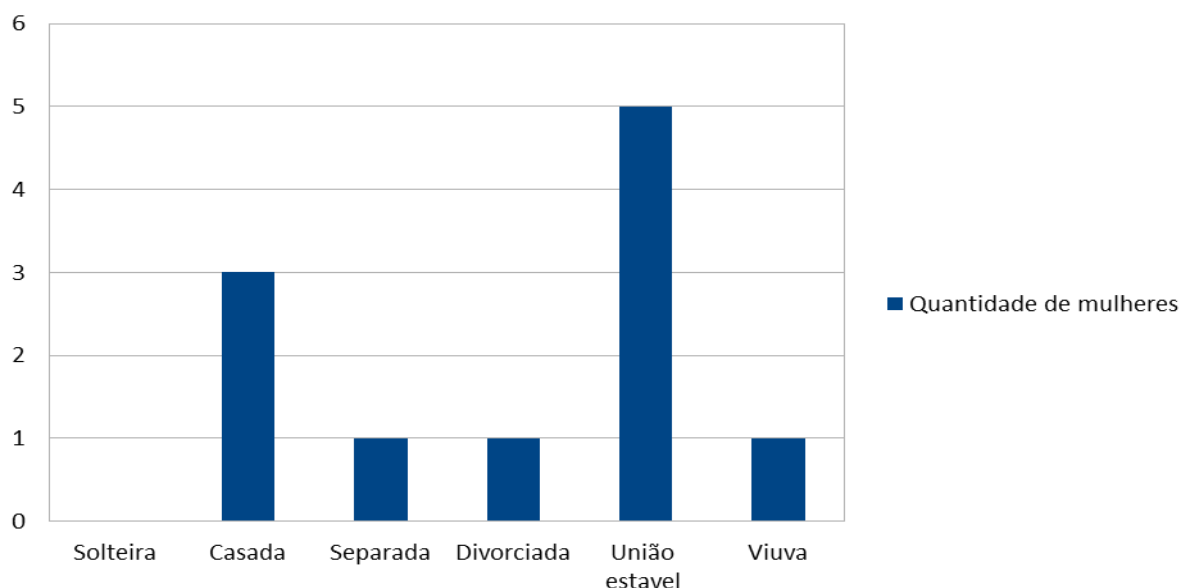
Um fator relevante destacável é a denominação de cor das agricultoras, Apesar da maioria se declara da cor branca, mais também se destaca mais da metade se declararem como pretas isso mostra o grande grau de parentesco entre as famílias pesquisadas ao saber que existe uma comunidade quilombola ao lado da localidade pesquisada, seguida e com menos destaque a cor parda. Esse fator se torna relevante nas formações que ocorrem nos projetos de ATER, pois muitas delas são fomentadas a igualdade de gênero, raça e etnia.

Gráfico 03: O nível de escolaridade das agriculturas da comunidade de Melancia



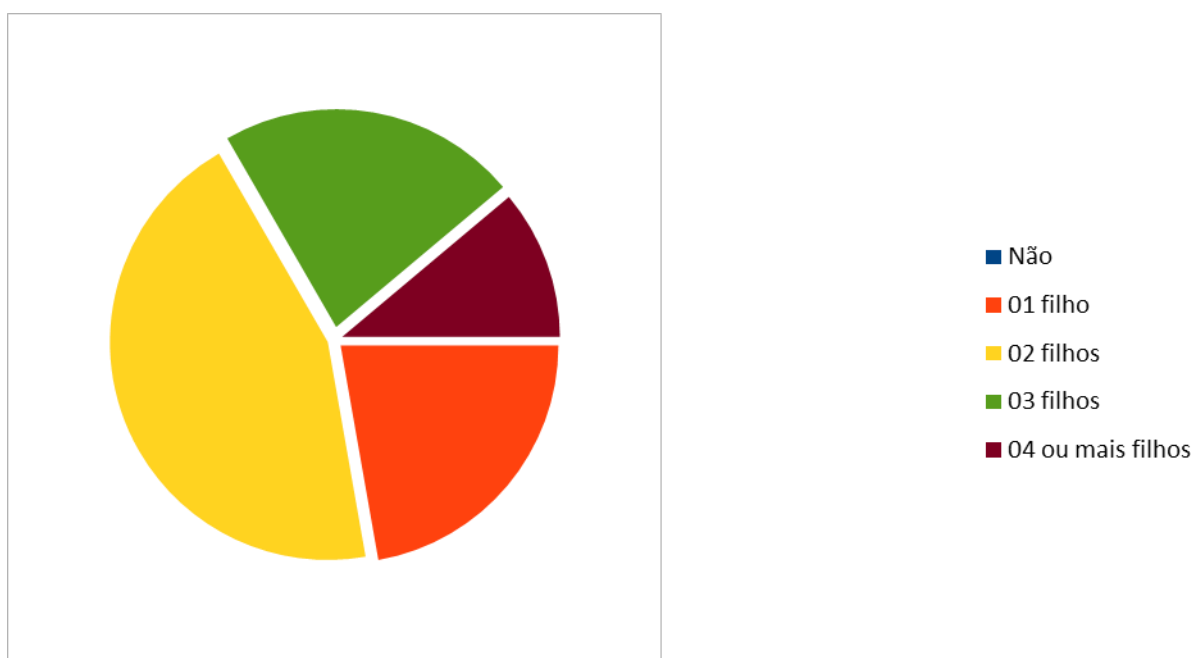
Outro levantamento foi sobre a situação educacional das mulheres que estão sendo beneficiárias nos projetos de ATER, buscando assim perceber o grau de instrução das agricultoras, tendo em vista que a atuação nos projetos tem fomentado cada vez mais o interesse na formação continuada na área de políticas públicas, fazendo com que elas também busquem o nível superior, a maioria das mulheres da comunidade melancia que tem nível superior optaram pelo curso de pedagogia com a possibilidade de lecionarem na própria comunidade.

Gráfico 04: Relação do estado civil das mulheres comunidade Melancia



Foi verificado também, que a maioria das mulheres que estão como beneficiárias nos projetos de ATER são casadas. Foi indispensável algumas lutas para que as agricultoras tivessem o mesmo direito nos projetos de ATER quanto os homens, se fez necessário para garantir que a mulher também entrasse como beneficiárias nos projetos, atualmente a maioria dos projetos o cadastro é feito em nome da mulher. Mas essa situação nem sempre foi assim. Antes os cadastros vinham apenas no nome do homem no caso do marido, tornando o uma autoridade na hora de tomara as decisões ligadas ao projeto, invisibilizando a opinião das mulheres.

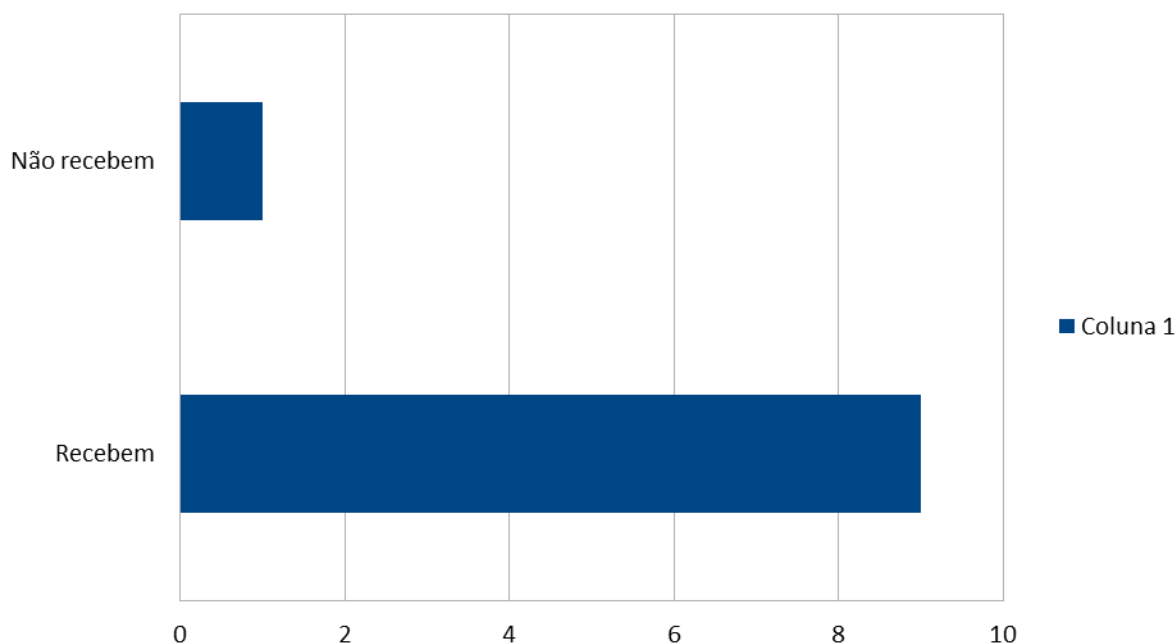
Gráfico 05: Quantidade de filhos das agriculturas da comunidade de Melancia



A quantidade de filhos das famílias principalmente na zona rural vem diminuindo, ha algumas décadas atrás era fácil encontrar famílias com em média oito a dez filhos, atualmente a maioria são formadas por no máximo três filhos. O gráfico mostra que na comunidade Melancia mais da metade das mulheres entrevistadas tem apenas dois filhos, as agricultoras relatam que o fato de apenas elas serem responsáveis pelos cuidados das crianças dificulta a participação nas atividades dos projetos de ATER. Os companheiros colocam essa situação como empecilhos para que as mulheres não participassem, muitos maridos se negam a cuidar dos filhos para que as mulheres possam participar de uma formação e/ou fazer viagens de intercâmbios para trocar experiências. Então, como na maioria das vezes não tinham com quem deixar os filhos, as agricultoras acabavam deixando de participar dos encontros.

Esse fato das mulheres serem as principais ou únicas cuidadoras dos filhos reforça a necessidade de uma ATER especifica para as mulheres onde se tenha um espaço para que as mães possam deixar os filhos no momento das reuniões, adequando às necessidades e possibilitando a participação de fato das agricultoras.

Gráfico 06: Quantidade de mulheres que são beneficiárias do PBF da comunidade de Melancia 2019



4.3 A consolidação de Ater para mulheres como política pública permanente

4.3.1 IRPAA como entidade executora

O IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada é uma organização não governamental sediada em Juazeiro, na Bahia. **A “convivência com o Semiárido” é a sua maior e mais importante meta.** Soluções eficazes, que respeitam as características do povo e das terras desta região, são as alternativas que o Instituto oferece a todos, através de seus diversos projetos. Para o IRPAA, há 30 anos, viver no Semiárido é aprender a conviver é reconhecer o seu valor. É ter um semiárido justo, bonito, com vida e dignidade, é reconhecer as dificuldades, fragilidades, mas acima de tudo apostar na sua potencialidade, nas suas riquezas e compreender para viver melhor.

Em 1990 foi criado o IRPAA, com o propósito de superar o paradigma do combate a seca e identificar o Semiárido Brasileiro como região própria, com seus problemas, mas também com suas soluções. Cunhamos então a frase **“Convivência com o Semiárido”**, em contraposição ao firmemente enraizado “combate à seca”. A finalidade do trabalho era divulgar e aplicar, na prática, novos

conceitos, tecnologias, modos de vida, políticas públicas, que garantissem à população uma vida digna, apesar da característica climática instável. Sucedemos no sentido que, hoje em dia, ONG's e os órgãos do Governo falam da "Convivência com o Semiárido - CSA". Porém, notamos que em muitos lugares trabalha-se a Convivência com o Semiárido de forma fragmentada, considerando apenas algumas vertentes, em detrimento de outras de maior importância. Assim nós propomos Convivência com o Semiárido junto a produção agroecológica em seus mais importantes elementos, que impliquem na consolidação desta prática. A assistência técnica a partir da proposta da convivência com o semiárido e a produção agroecológica é fundamental, para garantir uma vida melhor para as agricultoras e agricultores familiares do Território do Sertão do São Francisco.

4.3.2 Chamada Pública de ATER para mulheres no Território Sertão do São Francisco

Segundo a Anater as chamadas públicas de ater são elaboradas para atender a determinados programas e/ou público específico das ações da Anater, resultando em várias modalidades de contratos atualmente existentes. Cada chamada pública estabelece especificidades em relação, por exemplo, aos critérios de seleção, prazo de vigência, número de beneficiários a serem atendidos por lote, número de beneficiários atendidos por técnico e composição mínima da equipe executora e o valor dos serviços é calculado por meio de sistema parametrizado de construção de custos.

No contexto do desenvolvimento rural, segundo a lei de ater, os serviços de assistência técnica e extensão rural compreendem um processo definido como "serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais".

E foi nesse sentido que o IRPAA escreveu para a chamada pública nº 89/2010 DPMRQ/MDA, lote 5 – Território da cidadania Sertão do São Francisco/ BA, SIATER 259/07-2010 e executada em 2011. A princípio o território Sertão do São Francisco não estava na lista dos territórios que poderiam concorrer a chamada, foi

então que a Rede Mulher do território se mobilizou com uma manifestação na entidade que lançou o edital conseguindo com que o território também pudesse concorrer através da elaboração de um projeto para a chamada em curso.

A ação da Rede Mulher como mobilizadora para garantir que o território pudesse participar da chamada de ATER para Mulheres, vem mais uma vez para nos mostrar a importância da organização das mulheres em grupo nos coletivos para que se conquiste direitos. A Rede Mulher, hoje existente a nível territorial, surgiu inicialmente a partir da organização de mulheres oriundas de vários movimentos e entidades como: IRPAA, CPT, CPP, SASOP, Pastoral da Mulher, as Paróquias de Casa Nova e Pilão Arcado. A partir de demandas da época, as mulheres se organizaram e foram instigadas a se fortalecerem a partir de um movimento que unisse todas essas entidades.

A abordagem metodológica foi de caráter participativo, valorizando os conhecimentos tradicionais e integrando as vivências e trajetórias das mulheres rurais às ações desenvolvidas pelo projeto de assistência técnica, com o objetivo de qualificar o processo produtivo de forma integral, com qualidade e sustentabilidade da produção; desenvolvendo a gestão eficiente, baseada na cooperação, na solidariedade e na igualdade; acessando as políticas públicas de apoio a produção, comercialização e socialização do trabalho doméstico e dos cuidados.

As mulheres beneficiárias foram definidas a partir da Rede de Mulher (Comitê) do Território, com base no banco de dados resultante dos cadastros dos grupos produtivos e do levantamento e qualificação das demandas realizadas com o Projeto Mulheres e Autonomia.

As ações desenvolvidas no território foram acompanhadas, também, pela coordenação da Rede de Mulher, com o propósito de contribuir com a eficiência do desenvolvimento do projeto. A avaliação no processo de implementação do projeto com as beneficiárias foi fundamental para a tomada de decisões, que foi realizada a partir de um processo contínuo de ação e reflexão. A avaliação neste contexto envolveu todas as beneficiárias através da análise da realidade e dos fatos, direcionando suas ações, numa atitude permanente de aprendizagem a partir da experiência vivenciada durante o projeto.

A participação das mulheres em cada uma das atividades se deu através do estímulo e envolvimento, pois valorizou a fala e o protagonismo das mulheres. Foi necessário, antes de tudo, que as mulheres estivessem presentes de forma concreta, em todos os espaços, sendo sujeitas da ação nessa construção. Pois quanto mais informações obtêm se sobre os sistemas naturais e produtivos, através do relato das agricultoras, mais fácil foi de juntos com elas, resolver problemas e desenhar sistemas mais ecológicos.

As atividades desenvolvidas buscaram construir alternativas comuns para facilitar e estimular a atuação das mulheres nos sistemas de produção. Isso foi possível através da Rede de Mulher do Território, pois na comercialização, por exemplo, pode-se optar por rótulos com o mesmo padrão. Isso garantiu uma identidade dos produtos das mulheres, aliado ao baixo custo na compra de embalagens e rótulos. Além disso, pode-se realizar compras de matéria-prima entre os próprios grupos para garantir a circulação dos produtos nas mulheres fora e dentro da comunidade.

A maioria das atividades de formação como reuniões, seminários, palestras e dias de campo aconteceram nas comunidades e nas sedes dos municípios, com o objetivo de facilitar o deslocamento e chegada das mulheres as atividades, tendo em vista a distância das comunidades e dificuldade de transporte das agricultoras. Os encontros, oficinas e seminário ocorreram durante o dia, já as visitas técnicas foram marcadas em horários adequados e flexíveis com as demais atividades exercidas pelas mulheres. Nas atividades teve espaços com brinquedos e redes com o objetivo de apoiar as mulheres que possuíam crianças.

Apesar da pesquisadora ter atuado como assessora técnica em vários municípios e comunidades durante a chamada técnica do ATER para mulheres, foi escolhido o município de Casa Nova para a pesquisa do mestrado pelo fato da mesma ter atuado em seguida em outras chamadas de ATER mista no mesmo município. O fato de atuar em outros projetos foi importante, pois fez despertar um olhar crítico em todas as problemáticas e possibilidades com o público feminino durante a execução das duas chamadas.

A escolha da comunidade Melancia no município de Casa Nova para realizar a pesquisa se deu pelo fato da comunidade ter sido uma das beneficiadas pelo projeto ATER para Mulheres e ATER mista e pela atuação da pesquisadora como assessora técnica pelo IRPAA.

O projeto enfatizou à qualificação da produção agroecológica e dos processos de beneficiamento e agregação de valor onde foram realizadas oficina de manejo agroecológico, com duração de 16h, em uma comunidade rural que já possuía práticas agroecológicas, na qual foram trabalhados princípios, conceitos e metodologias para planejamento de uma produção de alimentos de alta qualidade, que seja capaz de manter a produtividade da terra, de respeitar a natureza, de ampliar a diversidade de produtos para o consumo da família e para o mercado e de gerar mais renda para as mulheres agricultoras. Essa atividade ensinou as mulheres a utilizarem técnicas de manejo agroecológico, tais como: adubação orgânica, defensivos alternativos, rotação de culturas, cultivos associados, quebra-ventos, adubação verde, protetores e fertilizantes ecológicos, entre outras.

Através das demandas identificadas na oficina de comercialização e plano de negócio e no decorrer do projeto, as técnicas elaboraram e acompanharam projetos do Programa de Aquisição de Alimento – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE para as mulheres.

Um fator importante na execução dessa chamada de ATER foi a composição da equipe técnica, tendo um cuidado de compor a mesma apenas por assessoras mulheres, o que fez muita diferença principalmente na abordagem ao chegar na unidade produtiva para fazer as visitas, pois as beneficiárias se sentiam mais à vontade para dialogar sobre as demandas do projeto e expor as dificuldades em participar das atividades e dar sugestões sem medo de serem coagidas, isso se dá pelo fato das mesma enxergarem a figura masculina com essa característica de oprimir as mulheres, esse tipo de atitude era descrita pelas agricultoras quando iam se referir aos maridos, companheiros, irmãos ou pai.

4.3.3 Assessoria Técnica e Extensão Rural para mulher como política permanente

A comunidade de Melancia tem em sua história uma trajetória de envolvimento nos movimentos sociais e como beneficiários em vários projetos de Assessoria Técnica e Extensão Rural.

Feministas partidárias da teoria da diferença de gênero lutam, desde as últimas décadas do século XX por reconhecimento das diferenças culturais, respeito às diferenças, direito da mulher de ser diferente e seu direito à igualdade social. As injustiças culturais cometidas contra a mulher, evidentemente não estão dissociadas das injustiças socioeconômicas.

É possível perceber que a questão vai além de assessorar a produção agroecológica de agricultores familiares, há uma necessidade de entender as relações desiguais que ainda há na metodologia de trabalho com mulheres, focada numa assessoria patriarcal e opressiva para as mulheres. O que ainda surpreende é a falta de formação das pessoas que trabalham com a assessoria técnica e extensão rural, é possível perceber a necessidade urgente de um processo de formação não somente dos grupos organizacionais produtivos, mas também das equipes de assessoria.

Com o envolvimento cada vez maior das mulheres nos processos de produção, reprodução e organização, a questão das relações sociais entre homens e mulheres não podem mais ser tratadas de forma transversal às temáticas da agricultura familiar, e sim devem focar de forma direta o assunto para que com isso tenhamos uma maior equidade e os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres não sejam mais invisíveis aos olhos da sociedade.

Para tanto, é necessário compreender que as políticas públicas com recorte de gênero são as que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas dirigidas às mulheres (Farah, 2004; Silveira, 2003). No âmbito do executivo federal, são efetivadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres. Resultam do processo de mobilização das próprias

mulheres, através de suas organizações, cujos resultados são as conferências em suas diversas instâncias municipais, estaduais e nacional.

Além disso, é importante distinguir entre o que são políticas que têm a perspectiva da igualdade de gênero e aquelas que têm por alvo preferencial as mulheres; essa 'divisão' não significa que não estejam relacionadas. Em outras palavras, não é o fato de as mulheres serem centrais em determinadas políticas ou programas para que sua centralidade esteja assentada em uma perspectiva ou enfoque de gênero, ou seja, na construção da igualdade e no combate às discriminações. Por exemplo, políticas que reforçam o papel tradicional das mulheres como mães e cuidadoras dos filhos e das pessoas idosas, sem dar alternativas e/ou suporte para estas funções, não são políticas que buscam transformar o papel tradicional das mulheres – ou seja, não contribuem para transformar as relações de gênero.

A falta de identificação dessa mulher como produtora agrícola, resulta não somente na desvalorização da sua capacidade produtiva, como na sua real integração nos programas de desenvolvimento rural, cujo público meta é os produtores da agricultura familiar (estenda-se de ambos os sexos). No entanto, esses programas põem claramente em prática a divisão sexual do trabalho, pois não incluem a produtora agrícola familiar no rol dos beneficiados. Dessa forma, os planejadores, ao elaborarem os programas, se não impedem explicitamente a participação da mulher, também não pensam incluir o feminino, como fazem com os homens.

A ação de ATER Setorial para Mulheres implementada pela DPMRQ/MDA teve papel fundamental para a garantia do acesso das mulheres à ATER. Uma das inovações da Ater Setorial para Mulheres, posteriormente incorporada às demais chamadas públicas, foi a garantia de atividades de recreação infantil, contribuindo para a participação efetiva das mulheres nas ações de assessoria técnica. No entanto, se por um lado havia a constatação de que era necessário avançar com ações afirmativas para a igualdade de gênero, por outro, a implementação das chamadas públicas de Ater demonstrou que problemas operacionais para a gestão e execução dos contratos e para o atendimento específico às mulheres tornaram-se

cada vez mais evidentes. A concepção da família como unidade de atendimento, que predominava na maioria das chamadas de Ater mistas, era – e continua sendo – estruturante de uma série de dificuldades para o acesso das mulheres a Ater específica.

As chamadas públicas de Ater para Mulheres também foram alvo de críticas pelas organizações da sociedade civil, direcionadas num primeiro momento ao reduzido número de mulheres atendidas em todo país e sua limitação aos Territórios da Cidadania. Críticas também foram feitas ao fato da chamada não prever recursos para as atividades de emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), já que boa parte das mulheres ainda não tinha acesso a esse documento. Associado a isso, o curto prazo de execução da chamada, de apenas um ano, dificultava o atendimento às agricultoras de modo geral e, em particular, àquelas sem DAP, devido às dificuldades para a sua emissão.

Do ponto de vista metodológico, também foram apontadas críticas ao fato de que a chamada pública de Ater para mulheres – assim como as demais chamadas lançadas pelo MDA e outros ministérios – reforçava o atendimento individual, em detrimento do atendimento coletivo, praticado por boa parte das organizações como estratégia metodológica para a transição agroecológica. Além disso, a exigência da realização de atividades obrigatórias como o diagnóstico, atividades de formação com temas específicos e a elaboração de projetos de crédito e de acesso ao PAA e/ou PNAE, embora carregadas da intencionalidade de garantir o atendimento às demandas das mulheres e de viabilizar a sua organização produtiva, acabavam engessando a execução por parte das organizações e, em alguns casos, impondo um ritmo de atividades que não coincidiam com as demandas apresentadas pelas agricultoras. Apesar disso, de modo geral havia um consenso de que as chamadas de Ater para mulheres possibilitaram dar visibilidade à contribuição econômica das mulheres rurais e, além disso, mobilizar as expertises acumuladas pelas organizações feministas e autônomas de mulheres na execução da assessoria técnica com enfoque agroecológico, influenciando outras organizações mistas na execução dos serviços de Ater.

Ao mesmo tempo, geraram reflexões no âmbito nacional – no Comitê Gestor do POPMR, na ANA, no Comitê de Ater do CONDRAF, na Coordenação da Marcha das Margaridas etc – que influenciaram o delineamento das políticas públicas no âmbito do governo federal, a exemplo das mudanças propostas pela sociedade civil e incorporadas nas chamadas públicas de Ater Agroecologia.

Neste processo de negociação das políticas públicas, a reivindicação pela ampliação da Ater setorial para mulheres foi incorporada como uma das ações previstas no I Pano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), lançado em 2013. Nesta trajetória, é importante destacar, que a proposição de ações afirmativas para a igualdade de gênero na Ater reforçou e foi reforçada pelo vínculo com a pauta da agroecologia, especialmente reivindicado pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Ou seja, a Ater que se propunha para as mulheres – e para o público geral – deveria ser centrada na construção da autonomia econômica, pessoal e política das mulheres e na transição a sistemas de produção mais sustentáveis, baseados nos princípios da agroecologia, em consonância com a PNATER.

Outras ações de incidência das mulheres estavam em curso, especialmente após a criação da Agência Nacional de Ater e na construção da Marcha das Margaridas em 2015. No entanto, essa trajetória de formulação e implementação de ações afirmativas voltadas à construção da autonomia das mulheres rurais e da promoção da agroecologia foi interrompida com a crise política e econômica que culminou com o impeachment da presidenta Dilma Roussef em 2016. Apesar disso, tais experiências demonstram a importância da implementação de uma Ater Setorial para as mulheres com enfoque agroecológico e ao mesmo tempo, da ampliação do acesso das mulheres à Ater mista, como estratégias centrais para a superação das desigualdades de gênero.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória dos serviços de Ater no Brasil demonstra como, ao longo de tempo, o Estado contribuiu para reforçar o papel das mulheres na esfera doméstica e desconsiderou o papel econômico e produtivo das mulheres, ao ter como foco da assessoria técnica o cuidado com a casa e a família.

Considerando todas estas características e potencialidades existentes no Território Sertão do São Francisco, este projeto propõe um novo formato de ATER, como processo educativo gerado entre as técnicas e agricultoras, que adote metodologias participativas e que se oriente pelos princípios agroecológicos e da Convivência com o Semiárido, cabendo a pesquisa comprovar a necessidade de uma atenção específica para a realidade das mulheres nesse contexto rural.

Também foi possível pensar sobre a importância de políticas públicas direcionada para as mulheres, consentindo que as mesmas sejam protagonistas. O projeto ATER para mulher envolve não apenas a mulher de forma individual, mas todos e principalmente todas que a cercam como a família que ela sempre coloca em primeiro lugar, mudando de forma significativa a sua vida e até a vida da comunidade.

Não foi um trabalho fácil para a pesquisadora analisar essas duas formas de ATER, a ATER mista e a ATER para mulher tendo em vista que ela esteve inserida nos dois processos como assessora técnica na execução dos dois projetos, acompanhando diariamente a luta das mulheres para se inserem nos espaços de discussão, a maioria desses espaços era cercado de falas e atitudes machistas, mais difícil ainda é perceber o impacto negativo que tais comportamentos causa a vida dessas agricultoras.

Diante disso é gratificante poder alcançar o objetivo geral que é compreender as repercussões da assessoria técnica e extensão rural para mulheres no contexto da agricultura familiar, analisando os impactos de cada um desses programas sobre as agricultoras familiares, sua identidade e visibilidade.

A partir dessa comparação entre os dois projetos, constatamos o quanto é importante a implementação de mais políticas públicas com foco nas Mulheres, e mais ainda de uma ATER específica para as mulheres visibilizando e potencializando seus trabalhos, numa perspectiva participativa, tendo em vista sua capacidade intelectual e profissional, individual e coletiva. Para dessa forma romper com as amarras de uma sociedade machista que aprisiona cada vez a mulher.

REFERÊNCIAS

BLAY, Eva Alterman. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. Estudos Avançados, vol.17, nº 49.2003.São Paulo.

BOECKMANN, Maíra; CAPORAL, Francisco Roberto. 14492 - **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e os Desafios da Sustentabilidade**. Cadernos de Agroecologia, [S.l.], v. 8, n. 2, dec. 2013. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/14492>>. Acesso em: 05 dec. 2019.

BRASIL. **Lei n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências. Brasília, 2010.

Cidadania e equidade de gênero. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1796/179616194007.pdf> Acesso em : 03/12/2019
Acesso em : 03/12/2019

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**/ tradução Heci Regina Candiani. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

DIAS, M. M. **As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) face ao difusionismo**. Rev. Oikos, Viçosa, v.18, n.2, pág.11-21, 2007.

DIAS, M. M. **Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades**. Revista Perspectivas em Políticas Públicas, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2008.

Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais – DPMR/MDA

Molina, Caroline, **ATER Específica para Mulheres Rurais**, Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais - Ministério do Desenvolvimento Agrário

Extensão Rural no Brasil. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17567/material/Assist%C3%Aancia%20t%C3%A9cnica%20e%20extens%C3%A3o%20rural.pdf>
Acesso em : 03/12/2019

GARCIA, R. L. **Método; Métodos e contramétodo** – São Paulo: Cortez, 2003.

GOMES, S.R. **Grupo focal: Uma alternativa em construção na pesquisa educacional**, caderno de pós – graduação, São Paulo, v. 4, Educação, p 39-45,2005.

GUI, Roque Tadeu. **Grupo focal em pesquisa qualitativa aplicada: intersubjetividade e construção de sentido**. Revista Psicologia Organizações e Trabalho, 3(1), pp. 135-159. 2003.

Histórico da Ater no Brasil. Disponível em: <http://www.anater.org/historia-extensao-rural.jsp>
Acesso em 03/12/2019.

KERGOAT, D. **O que é divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo? para o Dicionário Crítico do Feminismo**) Disponível em: <https://medium.com/gg-feminista/divis%C3%A3o-sexual-do-trabalho-e-rela%C3%A7%C3%B5es-sociais-de-sexo-5a9b1eb0d696> Acesso em: 03/12/2019.

Kleba Lisboa, Teresa; Beatriz Manfrini, Daniele. **Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos**. Revista Katálysis, vol. 8, núm. 1, enero-junio, 2005, pp. 67-77 Universidade Federal de Santa Catarina, Basil Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179616194007>
Acesso em: 16/12/2019

LEI DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL EM ALAGOASBRASIL: CONTRIBUIÇÕES OU DESCONTINUIDADE?
<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/21288/pdf> Acesso em :
03/12/2019

MARINHO, P. A. S.; GONÇALVES, H. S. **Práticas de empoderamento feminino na América Latina**. Rev. estud. soc. No. 56, abril-junho, 2016, Pp. 80-90.In: SILVA, Jussara Gonçalves Souza e. GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. MULHERES RURAIS: ANÁLISE DOS RESULTADOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATER NO TERRITÓRIO DOS COCAIS, PIAUÍ. Campinas – SP, 29 de julho a 01 de agosto de 2018. SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.

NETO, Otávio Cruz. **Grupos Focais e Pesquisa social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação**. In: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_PO27_Neto_texto.pdf. Acessado 20 de abril de 2019.

PAIVA, M. S. de. **A política nacional de assistência técnica e extensão rural e os desafios para a sua efetivação no escritório local da Emater em Muriaé, MG.** 2012. 74 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

PAULILO, Maria Ignez S. BONI Valdete. **Movimentos de mulheres agricultoras e ecologia.** In: Delgado, Guilherme Costa. Bergamasco, Sônia Maria Pessoa Pereira (orgs.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão Rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação Brasília, outubro / 2008.** TEXTOS PARA DISCUSSÃO 48 . ISSN 1983-0645 . Os trabalhos da série "Textos para Discussão" estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm acesso em: 18/12/2019

PEREIRA, Simone Aparecida, **Formação em Gênero: Desafios para a assessoria agroecológica.** Centro Vianei de Educação Popular

SANTOS, Cirlene Jeane Santos e. GERMANI, Guiomar Inez. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo LUTA PELA TERRA E IDENTIDADE CAMPONESA DO FUNDO/FECHO DE PASTO AOS ASSENTAMENTOS RURAIS.

SOUZA, Texeira Ferreira; Silva, Josué da Costa; Souza, Sheila Ximenes de Souza. **A invisibilidade da mulher camponesa.** Fazendo Gênero. 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL – PPGExR
CÂMARA INTERDISCIPLINAR TEMÁTICA I – DESENVOLVIMENTO &
POLÍTICAS PÚBLICAS
DISCENTE: GIZELI MARIA DE OLIVEIRA SANTOS**

APÊNDICE – A

ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO FECHADO

1. NOME* _____

2. ANO DE NASCIMENTO * _____

3. EMAIL * _____

4. TELEFONE _____

5. QUAL A SUA COR OU RAÇA? *

(Feito a partir das categorias adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

() Parda () Preta () Branca () Indígena () Amarela

6. SEXO * () F () M

7. SITUAÇÃO PROFISSIONAL ATUAL *

() Ativa/Ativo () Estudante () Aposentada/Aposentado

8. CIDADE ONDE NASCEU * _____

9. CIDADE(S) ONDE MORA. Se possível, informar também o estado. Por exemplo: Sobral - CE.

10. ESTADO CIVIL *

() Solteira () Casada () Separada () Divorciada () União Estável
() Viúva

11. VOCÊ MORA NO CAMPO OU NA CIDADE? *

Campo Cidade

12. TEM FILHOS? *

Não Sim, 1 Sim, 2 Sim, 3 Sim, 4 ou mais

13. QUAL SUA ESCOLARIDADE? *

Podem ser escritas mais de uma.

Não se aplica Não alfabetizada 1º grau/Ensino Fund. incompleto 1º grau/Ensino Fund. completo 2º grau/Ensino M. incompleto 2º grau/Ensino M. completo Superior incompleto Superior completo Pós-graduação incompleta Pós-graduação completa Não se lembra

14. SUA OCUPAÇÃO/PROFISSÃO (OPCIONAL) *

Podem ser escritas mais de uma. _____

15. OCUPAÇÃO/PROFISSÃO DO(A) COMPANHEIRO (A) (SE TIVER) (OPCIONAL)

Podem ser escritas mais de uma.

16. EM MÉDIA, QUAL A RENDA DE SUA FAMÍLIA *

Menos de um salário mínimo 01 salário mínimo
 Entre 01 e 02 salários mínimos Entre 02 e 03 salários mínimos
 Entre 03 e 04 salários mínimos Entre 05 e 06 salários mínimos De 06 a 10 salários mínimos Mais de 10 salários mínimos Não se lembra Não se aplica

17. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ASSOCIAÇÕES?

Presidente Secretária Tesoureira Associada
 Outro _____

18. QUAL A SUA RELIGIÃO? *

Católica Candomblé Espírita Evangélica Ateu
 Agnóstico Nenhuma Outra



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL – PPGExR
CÂMARA INTERDISCIPLINAR TEMÁTICA I – DESENVOLVIMENTO &
POLÍTICAS PÚBLICAS
DISCENTE: GIZELI MARIA DE OLIVEIRA SANTOS**

APÊNDICE – B

FOTOS

Figura 01 – Visita técnica a uma das casa de farinha da comunidade Melancia.
Fonte: Arquivo IRPAA, 2012



Figura 02 – Reunião de planejamento das ações com as mulheres do projeto ATER para mulher no município de Casa Nova - BA.
Fonte: Arquivo IRPAA, 2012



Figura 03 – Formação sobre questão de gênero com as mulheres do projeto ATER para mulher no município de Casa Nova - BA.
Fonte: Arquivo IRPAA, 2012



Figura 04 – Visita ao quintal produtivo da beneficiária do projeto ATER para mulher no município de Casa Nova - BA.
Fonte: Arquivo IRPAA, 2012



Figura 05 – Reunião com grupo focal para falar sobre a pesquisa, comunidade melancia, município de Casa Nova - BA.
Fonte: Arquivo pessoal, 2019

